

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA EM GOIÂNIA: A HISTÓRIA DA FACULDADE CAMBURY

Regina Maria Jordão Cardoso de Castro (FAC-LIONS/ALFA)
Maria de Araújo Nepomuceno (UCG)

Gramsci (1978), ao examinar a sociedade capitalista de seu tempo, afirmou que o *Estado* tinha se ampliado e os problemas relativos ao poder se tornado complexos, ou seja, o poder assumira novas feições não se expressando mais apenas pelos organismos repressivos e coercitivos da sociedade política, mas também pelos organismos *privados* da sociedade civil. Essa noção ampliada de Estado resulta, pois, da composição de elementos políticos e sociais que operam por meio da força das instituições políticas e da liberdade dos organismos privados, da inter-relação entre estrutura e superestrutura e da imbricação do aparelho estatal e da sociedade civil organizada. Sinalizando nessa direção, desde a década de 1970, as formas e funções assumidas pelo Estado em âmbito mundial são questionadas como conseqüências das próprias crises enfrentadas pelo padrão capitalista de acumulação e dos rumos que foram traçados para sua “superação”. No cerne da questão, situa-se o processo de globalização do planeta, configurando-se uma outra geopolítica que se impôs, determinada pela lógica hegemônica do capital, aos países terceiro-mundistas pelos organismos internacionais. Entre outras conseqüências, a globalização repercutiu profundamente nas relações de trabalho e na definição das políticas educacionais, com várias transformações, principalmente em relação à educação superior. (Azevedo, 2001)

Nessa concepção, o Estado do Bem Estar Social cede lugar ao Estado gestor, “que carrega em si a racionalidade empresarial das empresas capitalistas transnacionais, tornando-se, agora, as teorias organizacionais, antes restritas aos muros das fábricas, as verdadeiras teorias políticas dos Estados modernos”. (Silva Jr. & Sguissardi, 2001, p. 119) Ao realizar a reforma do Estado em consonância com tais princípios, o Brasil desencadeou grandes mudanças no aparelho Estatal. De interventor na economia em favor do capital nacional e internacional, desde a década de 1930, passou na década de 1990, especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), à condição de Estado gestor, sobretudo no setor de serviços, desvencilhando-se de várias funções específicas, dentre elas da educação superior, transferindo-as total ou parcialmente para o mercado. Nesse contexto, os organismos multilaterais fornecem as diretrizes do ajustamento político e econômico destinado a promover o desenvolvimento/crescimento de países terceiro-mundistas. (Silva Jr e Sguissardi, 2001) Em alinhamento com tais premissas, políticas de cunho neoliberal

foram articuladas e instauradas. No que compete à educação, tais políticas foram assimiladas pela Nova LDB 9.394/96 e pelos decretos dela advindos, favorecendo a expansão/mercantilização do ensino superior privado. Assim, as Instituições de Ensino Superior (IES) passam a imbuir-se de uma visão empreendedora e prestadora de serviços educacionais de resultados, transformando-se em *organizações* de ensino superior (OES), isto é, apresentando-se com uma nova face pelo modo instrumental de administração. (Cf. Chauí, 1999) As IES privadas existentes antes da reforma do Estado reconfiguram-se, visando internalizar o processo de transição do modelo de educação como direito social para o de educação como direito do consumidor.

Aproximando-se do mercado de trabalho como *organização*, a universidade opera como *locus* de treinamento de mão-de-obra qualificada voltada aos interesses empresariais, perdendo sua característica intrínseca como organismo orientado para a preservação, transmissão e produção críticas do conhecimento, como *locus* de criação do novo e reorganização da cultura sob novos ângulos de visão de mundo. (Cf. Chauí, 2001) Logo, restringir as atividades das IES à tarefa quase exclusiva de formar para o mercado de trabalho significa torná-las *locus* fornecedores de cursos profissionalizantes de terceiro grau. (Cf. Fonseca, 2006) Nessa perspectiva, alguns fatores impulsionaram a expansão do setor universitário privado: a flexibilização das regras para a abertura de cursos e instituições (governo FHC); regularização da lei que permitiu a existência de organizações de ensino superior constituídas de empresas com finalidades lucrativas (1999); a demanda reprimida por vagas entre 1996 e 2002; a universalização do ensino fundamental e conseqüente crescimento do ensino médio (governo FHC); e retorno aos estudos de parte das pessoas oriundas da população economicamente ativa que já haviam concluído o ensino médio a cinco anos ou mais. (Cf. CUSTÓDIO, 2006).

Nesse contexto, as OES podem ser responsabilizadas pelo crescimento expressivo da oferta de vagas no país, em que pese os sinais de esgotamento que sinalizam na direção de uma demanda diluída que vem impondo novos desafios.¹ Aponta-se como uma das

¹ O censo de 2003 (Brasil/MEC/Inep, 2003) aponta 3,9 milhões de ingressos no ensino superior: 2,7 milhões estão na rede privada (71% do total de matrículas). No mesmo período, as OES privadas experimentaram significativo crescimento, aumentando em 154% o número de alunos ingressos, com média anual de crescimento da ordem de 17%. Aponta também a existência de 1.859 OES: 1.652, privadas que respondem por 88,9% das vagas disponíveis no sistema nacional. Contudo, em 2003, iniciou-se uma tendência de desaceleração no crescimento da demanda, registrando-se crescimento de apenas 8% em relação ao ano anterior. Para os próximos anos (2005-2010) um estudo da Hoper projeta redução ainda mais acentuada. O crescimento do número de alunos ingressantes no setor privado, que já chegou a 25% ao ano, deverá cair para 5%, em média, nos próximos exercícios. (Cf. MEC/INEP, Censo do Ensino Superior/2003/2004/2005; Custódio, 2006)

principais causas desse esgotamento, o poder aquisitivo dos que demandam o ensino superior. As projeções indicam que a disputa pelos alunos que podem pagar anuidades escolares será cada vez maior. Assim, a qualidade torna-se preponderante para a sobrevivência das OES do setor. O impacto social desses dados se amplia diante da crise do setor público que vem demonstrando incapacidade para definir claramente uma política coerente de expansão, e da insuficiência estrutural do sistema para realizar uma correta avaliação da diversificação institucional.

Transitando do plano nacional para o estadual, pode-se afirmar que Goiás teve um incremento de novas OES privadas e a criação de novos cursos e vagas em unidades instaladas. No final de 1990, o ensino superior em Goiânia, especialmente o ensino particular, apresentou um surpreendente crescimento. Nesse período, foram criadas três OES privadas com fins lucrativos: a Faculdade Cambury (1998); a Faculdade Padrão (1998); e a Faculdade Alfa (2000). Duas escolas com sede em outros estados estabeleceram seus *campi* no Município: a Universo (1996) e a Unip (1999). Pode-se dizer que o processo de expansão do ensino superior privado em Goiânia, de acordo com as tendências nacionais, foi estabelecido em três vertentes, isto é, pela: criação de novas OES; instalação de OES que já possuíam *campi* em outras cidades; criação de novos cursos e aumento de vagas nas OES privadas existentes e nas OES criadas durante década de 1990.²

O processo de expansão das IES particulares com fins lucrativos, na década de 1990, foi objeto de estudo de Gomes (2002). Esta pesquisadora levantou dados importantes sobre a expansão de vagas e de cursos, com autorização do MEC. Cita-se no presente estudo, três exemplos de OES privadas: a Faculdade Padrão, que entre 1998 e 2001, aumentou seus cursos em 300% e suas vagas em 410%; a Faculdade Alfa, entre 2000 e 2001, aumentou seus cursos em 333,33%, e suas vagas em 261,71%; e a Faculdade Cambury, entre 1998 e 2001, aumentou seus cursos em 200 %, e suas vagas em 310%. (Cf. Gomes, 2002) Sobre essa expressiva expansão, um periódico local caracterizou o ensino como um *negócio em expansão*, ressaltando que,

a indústria do conhecimento fatura R\$ 432,7 milhões por ano em Goiânia [colégios de ensino fundamental, médio e faculdades privadas]. Um segmento goiano que ignorou as últimas crises na economia brasileira (acionamento de energia, alta dos juros e dólar) e mostra uma expansão de dar inveja a qualquer setor econômico tradicional do Estado. (O Popular, 10/03/2002, p. 8)

² No final de 1990 existia em Goiânia uma universidade pública federal; uma universidade privada confessional; uma IES pública estadual; oito OES privadas particulares com fins lucrativos, além do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (Cefet). Em 2002 esse número saltou para 16 IES. Também entram nessa listagem as duas IES instaladas no município de Aparecida de Goiânia-Go. Assim, houve um crescimento em número de IES na ordem de 90,90% em cinco anos. (Brasil/MEC/Inep, 2004)

Borges (2003) referindo-se ao exame vestibular para o processo seletivo do primeiro semestre de 2004, indica um número próximo a 15.000 vagas ofertadas, computadas entre nove OES privadas instaladas na capital e duas em cidades próximas, Anápolis e Aparecida de Goiânia. O acesso ao ensino superior, porém, leva atualmente ao paradoxo da existência de vagas ociosas e o da falta de recursos dos que as pleiteiam. Essa ociosidade, estimada aproximadamente em 40% (2004) levou as OES privadas presentes no mercado educacional à criação de *estratégias* para atrair seus alunos (leia-se: clientes): vestibulares de vagas remanescentes; chamadas de *alunos “excedentes”*, em razão da desistência de alunos aprovados; inscrições para o processo seletivo em *shoppings centers*; descontos na taxa de inscrição antecipada para o exame vestibular; cursos e turnos de estudo com preços diferenciados; intenso uso dos meios de comunicação para divulgar as “qualidades” *diferenciadas* das OES privadas; implementação de cursos de: graduação; pós-graduação (lato e stricto sensu); superiores tecnológicos e sequenciais dentre outros.

Atualmente o ensino superior privado, com 23 OES privadas com fins lucrativos, passa por uma grande crise em Goiânia³. Não se consegue mais fechar turmas especialmente para os turnos matutinos e vespertinos. Apesar da demanda para cursos tradicionais (Direito e Administração) e das estratégias mencionadas, permanece o quadro das vagas ociosas e o dos aspirantes a preenchê-las, porém fora dos muros universitários. Todavia, deve-se ressaltar que algumas OES conseguem driblar esta situação pela prática de preços baixos, localização acessível e boa estrutura física. Até quando não se sabe. Tanto isso é verdade que, a Faculdade Cambury (FC), primeira criada em Goiânia sob a égide da Reforma Educacional e em perfeito alinhamento às políticas neoliberais emanadas da Nova LDB, foi também a primeira a vender seus cursos de graduação, junto com sua sede própria, para a Universidade Católica de Goiás (UCG) no final do ano de 2005.

A FC foi criada em 1998 em Goiânia-Go com o objetivo de ser referência em Gestão Organizacional. Seus proprietários, um casal, são também seus diretores e presidentes da atual entidade que a mantém.⁴ Originou-se do Instituto Cambury Ltda. (ICL) fundado em 1991 com fins educacionais, mas, sobretudo, lucrativos, tanto que se estabeleceu na forma de uma sociedade comercial, por quotas de responsabilidade limitada. Segundo sua diretora, o nome Cambury veio do conhecimento que um dos sócios da empresa tinha da praia Cambury de São Paulo. Soubemos “que se tratava de um nome de origem indígena [em razão de] um rio que segundo a lenda, muda seu curso a cada sete anos.

³ Fonte: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_ies.asp>

⁴ Em 1991, a sociedade era composta por quatro membros. Após 1992 ficou apenas o casal.

Coincidentemente, a Faculdade Cambury foi implantada sete anos depois da criação do instituto”⁵, fundado com o objetivo de “atender às necessidades de conhecimento, fornecendo informações, tecnologia e orientação para o desenvolvimento das pessoas e das organizações, evoluindo como empresa voltada para resultados satisfatórios”.⁶

Inicialmente, as atividades do ICL concentravam-se nas áreas de consultoria, de pesquisa e de projetos. Posteriormente, incluiu atividades de capacitação e de treinamento, dedicando-se, em 1993, a estas últimas atividades, embora ainda realizasse alguns projetos de consultoria. Nesse mesmo ano, criou o Centro de Ensino Tecnológico Cambury (Cetec), com o “propósito de aprimorar novas tecnologias de ensino no campo da especialização e aperfeiçoamento profissional” (FC/PDI, 2002, p. 47), ofertando a partir de então, cursos abertos de especialização e aperfeiçoamento para a comunidade e cursos fechados para treinamentos e capacitação empresariais. (FC-Formosa, PPP, 2001). Em 1994, já era o órgão privado que mais promovia processos de treinamento e de capacitação em Goiânia, passando a oferecer cursos de Pós-Graduação em parceria com instituições já renomadas. Tais cursos se expandiram e em 1997 já disputava espaço com a UCG, por exemplo. Nesse ano, uma das professoras que vinham de São Paulo para ministrar aulas sugeriu a abertura de uma faculdade. “Argumentamos com ela que não havia possibilidade...; não tínhamos recursos. E ela falava: — ‘não, vocês dão um jeitinho, eu tenho um amigo que faz projetos... No início de 1997, tomamos uma decisão: montar um projeto’”.⁷

O ICL, situado em um bairro muito movimentado de Goiânia, contava com seis salas de aula em 1997. Não era um local adequado para o funcionamento, nem possuía instalações apropriadas para a implantação de uma faculdade. Nessa época, o foco em treinamento diminuiu; o instituto trabalhou basicamente com cursos de pós-graduação *lato sensu*⁸, realizando, em média, sete cursos por ano. (FC-Formosa, PPP, 2001). Em 2000, o instituto alterou sua razão social para Centro Tecnológico Cambury Ltda (CTCL), e em 2001, foi criada outra empresa, o Instituto Cambury S/C Ltda. (ICSC), que se tornou responsável pela continuidade dos projetos de cursos de pós-graduação. Induzido, portanto, pelas sugestões da consultora paulista, foi desenvolvido um projeto de criação da faculdade. O projeto foi enviado ao MEC que o aprovou, ainda em 1997. Esse projeto

⁵ Entrevista concedida em 14/04/2004.

⁶ Faculdade Cambury de Goiânia, *projeto Político Pedagógico* (PPP), 1997.

⁷ Entrevista concedida pelo diretor em 12/05/2004.

⁸ Cursos de Pós-graduação de 360 horas. O ICL promovia os cursos que eram realizados e reconhecidos pelas instituições parceiras. Professores e material didático também eram de responsabilidade das instituições: União Educacional de Brasília (Uneb), Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), Universidade do Estado de Goiás (UEG) e Associação de Apoio à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (Fundac/ ECA/USP).

propôs a criação de dois cursos: Turismo e Administração Geral. Indagada sobre a concepção de ensino superior e sobre os critérios que orientaram a escolha desses primeiros cursos, a diretora da Organização respondeu:

Pensamos em uma nova forma de ensino superior onde os alunos pudessem aliar a teoria à prática. A evolução tecnológica é muito rápida; empresas e organizações não podem esperar pela prática das pessoas. As pessoas é que precisam estar no tempo das organizações. Pautados nisso, pensamos os cursos de Administração e Turismo. Administração, porque já era a nossa área de negócios; e Turismo, por não existir nenhum curso de Turismo em Goiás...⁹

O diretor afirmou que, embora o projeto tivesse sido aprovado pelo MEC, as instalações em que estavam não comportava uma faculdade. Não havia espaço e nem ambiência. Após procurar um local adequado, alugaram um prédio no Setor Sol Nascente, no qual funcionara uma antiga fábrica de sapatos. De acordo com suas palavras, o espaço alugado “era a maior sujeira do mundo, pois, o *negócio* que lá funcionava estava parado há três anos”. Os novos inquilinos reformaram o prédio para a realização do exame vestibular. O MEC demorou a aprovar o funcionamento dos cursos, e o primeiro exame vestibular só aconteceu no segundo semestre de 1998. Sobre seu credenciamento pelo MEC, assinalou:

quando os consultores do MEC vieram para avaliar a faculdade e a aprovaram, para nós foi, talvez, um dos momentos ímpares. É importante ressaltar que, naquela época, as IES de Goiânia, eram as tradicionais: a UFG, a UCG e a Faculdade Anhanguera. A única instituição que já existia e não era tradicional era a Faculdade Objetivo. Aí entrou no mercado a Cambury, que foi a primeira dentro da nova visão do MEC a se instalar em Goiânia... Nosso objetivo, com a criação da Faculdade Cambury, foi montar uma faculdade voltada para negócios, na área de gestão de organizações, na esfera pública ou privada.¹⁰

É curioso observar que, ao se referir à criação da FC, seu diretor o fez utilizando a mesma linguagem com a qual se referiram à fábrica de sapatos — *um negócio*, sinalizando que essa organização nasceu como expressão de interesses empresariais capitalistas, mesmo porque seus proprietários não tinham tradição na área de educação. Nesse sentido, procurou estruturar-se de acordo com as novas políticas educacionais oriundas da reforma do Estado, em curso desde 1990, que estimularam as OES privadas a assumir uma nova identidade. Deveriam nortear-se por um processo de mercantilização em suas formas de gestão, perseguindo, como objetivos maiores, o lucro e a expansão do capital.

De acordo com Chauí (1999), os princípios administrativos contemporâneos são os mesmos em toda parte, porque todas as manifestações sociais, sendo equivalentes, são regidas pelas mesmas regras. Assim, uma sociedade capitalista produz e troca equivalentes, e suas instituições são, por isso mesmo, também equivalentes. Se a sociedade entende a

⁹ Entrevista concedida em 14/04/2004.

¹⁰ Entrevista concedida em 12/05/2004.

educação como uma mercadoria equivalente à outra qualquer, é possível administrar uma IES segundo as mesmas normas e critérios com que se administra uma *fábrica de sapatos*, por exemplo. Afinal, tratava-se de uma *organização*... Assim, a educação administrada como mercadoria requer uma atualização constante em tecnologia e informações para sobreviver no mercado competitivo. Vale lembrar o alerta de Miranda (1997): no campo da educação se deve questionar a diferença entre informação e conhecimento, pois na atual sociedade capitalista a informação tornou-se condição de sucesso, lucro e poder para os governos, empresas, instituições e indivíduos. Todavia, para ela, informações expressam realidades ou fragmentos instantâneos da realidade, ao passo que a tarefa original de produzir conhecimentos se soma àquela que obriga a coletar as informações produzidas não avaliando apenas os dados disponíveis, mas os métodos empregados para obtê-los.

Em 1998, iniciam-se as atividades da FC em Goiânia com o “objetivo de formar profissionais capacitados nas áreas gerenciais” (FC/PDI/2002, p. 47). Seu primeiro exame vestibular foi realizado em 13 e 14 de agosto de 1998 para os cursos propostos. Desde então, os processos seletivos ocorrem semestralmente. Em 1999, foram autorizados novos cursos, o de Administração com habilitação em *Marketing*, em Administração *Financeira* e em *Comércio Exterior* e o curso de *Comunicação Social* com habilitação em *Publicidade e Propaganda*. Desde o início de suas atividades a Organização buscou consultores externos nas áreas específicas dos cursos oferecidos, contratando, ainda, coordenadores-gestores, com a função de gerenciar os cursos de uma forma dinâmica, de acordo com os preceitos de eficiência e de eficácia mercadológicas. Os alunos já foram orientados visando o Exame Nacional de Cursos (ENC), e o corpo docente, contratado em regimes integral e parcial de trabalho, qualificou-se para atender aos itens de avaliação do MEC.

A FC de Goiânia encontrava-se instalada inicialmente em uma área de 5.276,14m² em um prédio de três andares, possuindo ao todo 29 salas de 70m² cada uma¹¹ e, praticamente, não havia departamentos. Somente a Diretoria, a Coordenação Geral/acadêmica¹², a Coordenação de Cursos e a Secretaria Geral. Com o crescimento da Organização, tornaram-se necessárias outras funções para dar suporte às atividades acadêmicas. Concomitantemente, documentos foram escritos para regimentá-la e norteá-la em suas ações. A FC foi crescendo, e mesmo imbuída de uma visão empresarial, havia respeito por alunos e professores e um ambiente de trabalho harmonioso. Havia motivação do corpo docente, entusiasmo e acessibilidade da direção em implantar idéias inovadoras; e

¹¹ A FC localizava-se à Av. T2, nº 3.551, Setor Sol Nascente, Goiânia -GO.

¹² Funções inicialmente acumuladas em uma mesma coordenação.

embora os alunos reclamassem de questões burocráticas, pareciam acreditar no futuro e na Organização. Em 2001 foi criada uma outra unidade, consolidando o programa de expansão e de interiorização da Organização, situada no município de Formosa-GO, considerada o portal de entrada do Nordeste goiano. Inicialmente, foram oferecidos os cursos de Administração Geral e Turismo (FC/PDI/2002, p. 78).

O ano 2002 foi marcante para a FC. Dispunha de seis cursos de graduação e de 2.266 alunos; seus vestibulares eram disputados no mercado, pois já possuía uma marca consolidada. Além disso, mudou-se para a nova sede¹³ e obteve o reconhecimento de seus primeiros cursos de graduação com conceito máximo (CMB). Entretanto, antes de se mudar para a nova sede, cuja estrutura física localizava-se em uma área de 17. 558, 07m², a Organização já apresentava mudanças. Seguindo as exigências do MEC, desenvolveu um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o quinquênio 2002-2006. Ele diferia dos objetivos do Regimento interno, revelando que a mudança para a nova sede não seria só física. Os professores já estavam sendo vigiados em sala de aula¹⁴, a direção já não era tão próxima e o clima não tão harmonioso, mas a expectativa de sucesso era grande. Afinal, a nova sede possuía estrutura imponente, constituindo-se de três blocos: A, B e C (com elevadores específicos), área de convivência, biblioteca, teatro, agência de turismo e estacionamento privativo. Com a mudança física e estrutural, a FC remodelou-se por inteiro, passando a comportar-se, de fato, como uma *organização empresarial* de ensino. A diretora acadêmica (aposentada da UFG) foi demitida por divergências com a direção e foram contratados para exercer sua função, profissionais das áreas de Administração e de Contabilidade, ou seja, *gestores de negócios* para ocuparem os cargos da alta cúpula administrativa, influenciando e consolidando um modelo de gestão centralizador. A nova instalação, moderna e bem estruturada tornou-se um ambiente impessoal e burocrático pelas ações oriundas da concepção empresarial daqueles que a administravam. Dentre outras mudanças, o regime para contratação de professores e coordenadores passou a ser horista, levando a uma precarização do trabalho docente e a uma instabilidade do professor na Organização. O rodízio de funcionários insatisfeitos passou a ser freqüente. Os coordenadores de cursos nomeados como *gestores de unidades de negócios*, transformados em funcionários administrativos e recebendo por hora atividade, foram subsumidos às normas centralizadoras e burocráticas, pouco ou nada podendo fazer para implementar atividades coerentes com uma concepção de educação e de ensino crítica. Os professores,

¹³ A mudança para a nova sede ocorreu, em julho de 2002.

¹⁴ Colocavam um funcionário como “bedel” para fiscalizar os professores em sala de aula.

pouco respeitados, ouviam a cada observação “se não estiver satisfeito, recebemos diariamente vários currículos...” Os alunos não tinham mais esperança quanto às suas reivindicações, pois a Organização vivia a ilusão de que não dependia deles.

Seguindo a tendência das políticas educacionais que estimulam a abertura de cursos superiores profissionalizantes com menor duração, o Centro Tecnológico Cambury Ltda. (CTCL) recebeu também nesse ano autorização para o funcionamento de cursos superiores de Tecnologia iniciados em 2003. A Unidade Tecnológica funcionava na antiga sede, oferecendo os cursos de Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Serviços Executivos, Hotelaria e Gastronomia, em turno vespertino e/ou noturno. Em julho de 2004, essa unidade transferiu-se para a sede e ofereceu o curso superior de Tecnologia em Fotografia e Imagem. No início de 2004, a FC de Formosa implantou os cursos Tecnológicos de Hotelaria e Gestão de Serviços Executivos. Nesse mesmo período a FC de Goiânia, diversificou seu foco de atuação, apostando nos cursos de graduação em Jornalismo, Arquitetura e Urbanismo e Fisioterapia. Equipou-os com laboratórios de última geração. Porém, apesar dessa estrutura, não conquistou novos *clientes*. Com a prática de preços elevados, taxas de inadimplência em torno de 28%, de evasão em torno de 20% e alto índice de vagas ociosas, turmas não foram selecionadas para o segundo semestre de 2004. Outras, devido ao reduzido número de alunos, foram agrupadas, com conseqüente redução da carga horária docente, sem aviso prévio. Contudo, a FC continuava supondo, ingenuamente, que a qualidade de seus cursos era inquestionável, que os preços praticados eram justos, e que a crise era passageira. Nada disso, lógico, impediu a instauração da crise. No final do ano a FC volta a ser administrada por seu diretor-proprietário, afastado desde a sua criação em 1998 por estar em exercício de atividades políticas.

Em 2005, contando com apenas 1580 alunos, com uma taxa de inadimplência beirando os 40%, a Organização instaura medidas unilaterais e repressoras como a redução de carga horária das disciplinas e conseqüentemente do salário dos professores. Também retém pagamento de professores pelo não lançamento de faltas e notas no sistema, bem como de outras atitudes arbitrárias, tornando-se alvo de vários processos judiciais trabalhistas. Em conseqüência, a FC é forçada a vender sua sede e cursos de graduação, conservando apenas sua marca e cursos tecnológicos.¹⁵ Sobre essa venda, o atual diretor executivo afirma

¹⁵ O Diário da Manhã de 29/01/2006 afirma que a FC de Goiânia, depois da venda de sua sede e cursos de graduação para a UCG, inaugura sua nova sede, no antigo endereço, após a reforma de suas instalações.

Houve uma proposta interessante por parte da Sociedade Goiana de Cultura, mantenedora da UCG, então resolvemos vender o prédio e repassar os cursos. [Entretanto, a FC só o fez], depois de realizar uma pesquisa de viabilidade de mercado das faculdades no país inteiro. A partir daí, resolvemos investir nessa nova técnica de mercado que são os cursos de gestão, chamados no EUA, de *College*.¹⁶

Continuando, disse que não houve problemas quanto à transferência dos cursos, pois a maior parte dos professores foi absorvida pela UCG. A mesma reportagem anunciou a implantação de novos laboratórios e a ampliação dos já existentes, bem como a criação dos cursos tecnológicos em Gestão em Marketing e Vendas, Design de Jóias e Gemas, Gestão em Tecnologia da Informação e Decoração e Paisagismo. Apesar do entusiasmo, em entrevista ao mesmo periódico, o referido diretor da FC fala da campanha interna de combate à inadimplência já com índice de 40% no primeiro semestre de 2006. E conclui: “Não podemos sustentar a qualidade de ensino que temos com tamanha inadimplência. A [FC] não fará mais negociação de mensalidades atrasadas no ato da matrícula”.¹⁷

Em contrapartida, em uma reflexão de Silva, veiculada pelo mesmo periódico¹⁸, ele diz que acompanhou o caso da venda do prédio da FC e da migração de seus 1.580 alunos para a UCG, e questiona: qual o problema dessa transação comercial? Respondendo, afirma que o problema dessa transação reside no fato de os acadêmicos da FC estarem nela envolvidos. Segundo ele, os currículos dos alunos, seus professores, o valor do seu curso, enfim, todas as suas referências, após a venda, não foram escolhas deles. Daí segue a pergunta que ninguém queria ouvir: os diplomas dos ex-alunos da FC terão o devido respeito e serão socialmente reconhecidos como o dos alunos selecionados pela UCG? E como era de se esperar, responde categoricamente por outra via: os ex-estudantes da FC é que pagarão o preço, não o da mensalidade, mas o de terem sido tratados como clientes, como negócio. Os problemas apontados deveriam, pelo menos em tese, levar todos os gestores das organizações de ensino superior privadas e o próprio MEC a profundas reflexões. A abertura desenfreada de cursos superiores torna impossível, a valorização desse nível de ensino, qualidade necessária para oferecê-los, o compromisso que deveriam ter com a sociedade e seus filhos. Afinal, os problemas que minaram as bases constitutivas da FC – primeira instituição de ensino superior privado a constituir-se em Goiânia sob a égide da reforma educacional e, coincidentemente, a primeira a sucumbir — continuam em seus novos projetos, embora a Organização continue de olhos fechados para eles. E, deve-se acrescentar, a desordem econômica agravada pelas políticas neoliberais dos últimos

¹⁶ Diário da Manhã de 29/01/2006.

¹⁷ Diário da Manhã de 02/04/2006.

¹⁸ Silva é presidente do Diretório Central Estudantil (DCE) da UCG. Diário da Manhã de 25/12/2005.

governos atingiu visceralmente todo o sistema educacional, especialmente o das instituições de menor porte que, por serem mais vulneráveis à ditadura do capital, acabaram por se engajar na *formação para o mercado* a fim de se manterem vivas. Conseqüentemente, vai escorrendo pelo ralo a função das IES como *locus* da preservação, produção e disseminação do conhecimento como patrimônio da humanidade, consolidando, assim, uma “*inflação educacional* dramática, [que acaba por comprometer] seriamente o desenvolvimento do país”. (Fonseca, 2006, p. 1) Não é chegada a hora de parar, refletir, mudar os rumos, antes que o ensino superior brasileiro vire uma piada?

Referências Bibliográficas e Fontes

- AZEVEDO, J. M. Lins de. *A educação como política pública*. Campinas-SP/ A. Associados, 2001.
- BORGES, L. Dez mil vagas a universitários. *Diário da Manhã*. Goiânia, 24/11/2003, Cidades, p. 3.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996a.
- . Ministério da Educação (MEC). Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep). Disponível em: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_ies.asp
- . ————. ————. Diretoria de Estatísticas e Avaliações. Censo do Ensino Superior/2003/2004/2005. Disponível em www.mec.gov.br e www.inep.gov.br.
- CASTRO, R. M. J. de. *Expansão da educação superior privada no Brasil a partir da década de 1990: o caso da Faculdade Cambury de Goiânia (GO)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Héliog (org.). *Universidade em ruínas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 211-222.
- . *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001.
- CUSTÓDIO, P. Universidade. O desafio do acesso. *Diário da Tarde* Belo Horizonte-MG, jan., 13/01/06.
- DIÁRIO da Manhã online. Goiânia, 29 jan. 2006; 02 abr. 2006. Universidades
- FACULDADE CAMBURY. *Projeto político pedagógico*. Goiânia, 1997.
- . *Projeto político pedagógico*. Formosa, GO, 2001.
- . *Plano de desenvolvimento institucional (PDI) — 2002 – 2006*. Goiânia, 2002.
- FONSECA, M. F. S. M. O sentido da educação superior. *Revista Gestão Universitária* – Edição 109 – jun., 2006.
- GOMES, M. A. 2002. *A expansão e a reconfiguração do ensino superior privado nos anos 90: o caso do município de Goiânia*, 2002. Dissertação de Mestrado) apresentada na FE/UFG, Goiânia.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1978.
- MEC/INEP – Diretoria de Estatísticas e Avaliações. Censo do Ensino Superior/2003/2004/2005. Disponível em www.mec.gov.br e www.inep.gov.br
- MIRANDA, M. de G. Universidade, conhecimento e informação. *Jornal da UFG, Opinião*, maio/jun. 1997, p. 1.
- O POPULAR, Goiânia, 10/03/2002, p. 8.
- SILVA Jr., J. dos R. & SGUISSARDI, V. *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção*, São Paulo: Cortez, USF/Ifan, 2001.
- SILVA, E. de O. Em defesa da educação em qualquer canto. *Diário da Manhã Online*. Goiânia, 25//12/05. Universidades.